

A Resposta da ANDES*

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior considera o documento sobre a Universidade Brasileira, elaborado por um grupo de professores de Minas Gerais, dirigido ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Congresso Nacional, ao Conselho de Reitores e à ANDES, uma manifestação democraticamente válida de um ponto de vista, embora parcial, sobre o que deva ser o ensino superior e a pesquisa científica no país. Apesar de o documento não ter recebido adesão expressiva por parte dos docentes da própria Universidade Federal de Minas Gerais nem das demais universidades brasileiras, julgamo-lo merecedor de uma resposta criteriosa, seja por respeito aos signatários, seja pelas questões que levanta, algumas das quais pertinentes e atuais segundo nossa avaliação. Entre essas está a defesa da universidade pública, da pesquisa científica, da valorização do trabalho docente e da vida acadêmica. Concordamos ainda com a condenação feita naquele documento à atual estrutura da universidade, responsabilizando a política educacional equivocada desses anos de autoritarismo.

Não podemos concordar, entretanto, com outras opiniões expressas no documento, como aquelas que tratam do movimento docente.

Os signatários do documento, afirmando sua participação no movimento em suas origens, reconhecem explicitamente sua importância, pois "veio a adquirir, por certos aspectos de sua atuação, o caráter de antídoto extremo a contrapor-se em estado de virtual insurreição, ao processo de liquidação final da universidade pública".

Não podemos deixar de estranhar, portanto, que os autores do documento, conhecedores do processo como afirmam, confundam de maneira tão simplória o caráter emergencial que tomou a atuação dos docentes nesse período com o seu significado mais profundo.

Não é verdade que o processo que resultou na formação das associações de docentes e da ANDES tenha, em qualquer tempo, se caracterizado pelo estrito caráter sindical e corporativo conforme afirmam aqueles professores. Um rápido passar de olhos em nossa história recente demonstra a falácia dessa afirmação.

A preocupação do movimento docente com a qualidade da produção acadêmica e com o exercício sério e ético das atividades de ensino e pesquisa está expressa na "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, apresentada, já em

* Este documento foi transcrito do *Jornal do Brasil*, de 14.04.85.

1982, ao então Ministro Ludwig. Dela transcrevemos o trecho seguinte:

"A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente sem dar condições materiais à universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissolúvelmente à pesquisa, à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exibir um conhecimento estático e morto. Cabe a ele estudar e elaborar seu conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos fora das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências originais, escrever artigos, assistir e dar seminários, criticar e expor-se à crítica, participar democraticamente do trabalho coletivo com seus colegas e alunos. É para possibilitar este exercício pleno do magistério superior que os professores defendem um padrão de universidade, não no sentido elitista, mas que exija de todo e qualquer estabelecimento de ensino superior as condições para exercê-lo com dignidade". . .

Mais do que uma declaração de intenções, o exposto acima demarcava, já àquela época, o espírito de uma prática institucional do movimento docente, concretizado na realização de dois *Simpósios nacionais* sobre a reestruturação da Universidade — em 1982, em Belo Horizonte e em 1983, no Rio de Janeiro. Destes eventos participaram e contribuíram com suas opiniões nomes como o de Paulo Sérgio Pinheiro, José Henrique dos Santos, José Leite Lopes, Luís Antônio Cunha, Dalmo Dallari, Rogério Cerqueira Leite, Jean-Claude Bernadet, José Arthur Giannotti, Luís Pinguelli Rosa, entre outros.

A ANDES fez publicar e divulgar o livro *O Público e o Privado: O Poder e o Saber*, contendo a íntegra desses debates e, não se limitando a isto, vem realizando outros encontros onde são discutidos assuntos de relevância para a vida universitária, como por exemplo, a avaliação do trabalho acadêmico, o financiamento do ensino e pesquisa etc.

Este esforço teria sido vão, contudo, caso permanecesse restrito ao proselitismo. A ANDES e as AD's conseguiram este fato raro entre nós de realizar na prática o que propunham na teoria.

Em todas as pautas de reivindicação encaminhadas ao MEC, desde 1980, temos apresentado pontos que visam a muito mais do que a defesa dos interesses estritamente corporativos da categoria. Houve greves, como aquela realizada em 1982, em que pouca ou nenhuma vantagem de ordem salarial foi sugerida pelo movimento. Em

contrapartida, evitamos a ofensiva final do Ministério sobre a universidade pública, ao divulgarmos e neutralizarmos os famosos "documentos secretos", os avisos ministeriais 473 e 474, que transformados em projeto de lei, seriam, em seguida, enviados ao Congresso Nacional. Em 1983 e 1984, outras iniciativas do Governo com a mesma proposta política dos "documentos secretos" de 1982, como o projeto MEC/CRUB e o projeto Caio Tácito foram também rechaçados pelo movimento docente.

Causa-nos espanto o fato de os colegas de Minas Gerais, signatários do documento, não terem sido capazes de perceber dois fatos tão simples: primeiro, as campanhas da ANDES e das AD's nunca foram exclusivamente sindicais e corporativas e, segundo, numa universidade acossada a luta por melhores condições de remuneração e de trabalho confundem-se com a luta em defesa dela própria. Sem condições de trabalho não há produção acadêmica (ou qualquer outra); sem salário digno, os melhores profissionais evadem-se do trabalho docente.

Outra inverdade existente no documento publicado pelo JB encontra-se nas acusações feitas ao movimento quanto à "destruição da carreira docente, quando teríamos coonestado o plano de carreira decretado pelo MEC em 1980".

Ainda aqui, os signatários demonstram surpreendente desinformação para quem, como afirmam, participou do movimento.

Não é verdade que nos caiba responsabilidade pela desestruturação da universidade que foi produzida em virtude das distorções da carreira docente implantada pelo MEC.

Ao assumir o MEC, o Ministro Rubem Ludwig decretou uma reestruturação distorcida da carreira docente como forma de tentar terminar com nossa 1.^a greve nacional sem conceder-nos o reajuste salarial pretendido nem tampouco enviar o projeto Portela ao Congresso. Em momento algum pedimos promoções indiscriminadas de professores. Se alguma culpa nos cabe está em não termos conseguido acumular forças suficientes para barrarmos a iniciativa do Ministério. Nisso, porém, estamos em companhia dos signatários do documento de Minas.

Estas ressalvas apenas são feitas para recolocar as coisas em seu devido lugar. Não nos move o sentido de polêmica, mas jamais concordaremos em retirar do movimento docente a autoridade que conquistou na luta como canal institucional para uma verdadeira reestruturação da universidade. Ninguém mais do que a ANDES e

as AD's têm autoridade política e moral para reivindicar este papel.

É nessa qualidade que nos permitimos apontar agora algumas omissões graves do documento publicado pelo JB.

Em primeiro lugar, é de notar-se ausência no documento de referências aos processos de privatização interna das universidades públicas. Esse processo, em pleno desenvolvimento nas universidades brasileiras, é apresentado geralmente como alternativa para a crise financeira das mesmas. Na prática, acabará por transformar a universidade pública numa agência de prestação de serviços segundo a lógica do mercado.

É surpreendente que os signatários, que se propõem defensores da universidade pública, se calem diante desse processo que está transformando institutos de pesquisas em suportes para Fundações privadas, grupos de pesquisa em agências de prestação de serviço, professores e pesquisadores em empresários uns, outros em empregados de seus próprios colegas. Tudo isso sem qualquer controle acadêmico, sem qualquer projeto institucional. Os critérios acadêmicos sucumbem diante dos critérios de mercados; quem tem o dinheiro (leia-se o acesso às linhas de financiamento) tem o poder real.

Ao não se manifestar sobre este processo, os signatários do documento levam-nos a supor que o seu entendimento sobre o caráter público da universidade refere-se apenas ao seu sentido formal e restrito de universidade estatal e não ao que deveria realmente significar: espaço político em que o exercício da cidadania garante os mecanismos de controle democrático.

Nossa suposição reforça-se quando verificamos que o documento é pobre, sofrível mesmo, na discussão sobre a avaliação de produção acadêmica. Por outro lado, insurge-se com vigor sano contra o "assembleísmo" que supõe nivelar os talentos e as competências, subordinando-os às "santificação das maiorias" (sic).

Como explicar esse repúdio ao espírito das assembleias? Nossos colegas deveriam saber que o princípio básico das assembleias é o da *palavra* ganhar o domínio público. Desde sua origem na Grécia, a reunião dos cidadãos em assembleia na Ágora — a praça pública — supunha a subordinação do poder à argumentação — a palavra — e à discussão pública. O princípio da Assembleia consagra autoridade da Argumentação e não argumentação da Autoridade, e isso se deve ao seu caráter de *domínio público*.

Ora, sabemos todos que os 20 anos de governo que infelicitaram o país geraram seus próprios mecanismos de avaliação e criação de "notáveis". Aqueles mais chegados aos "lobbies" do poder, aqueles que por vias transversas detinham as fontes de financiamento, aqueles outros que por força dos privilégios corporativos e dos apadrinhamentos chegaram ao controle da estrutura universitária.

Esse castelo de cartas da incompetência travestida de notoriedade começou a ruir exatamente a partir do momento em que o movimento docente iniciou a sua luta pela democratização da universidade e pelo ensino público e gratuito.

Voltar baterias contra as assembleias e o movimento docente é desqualificar o princípio do controle público e democrático do trabalho acadêmico de ensino, pesquisa e extensão. É mais do que isso; é sancionar os mecanismos elitistas herdados ao velho regime.

A ANDES e as AD's não querem substituir-se à estrutura da Universidade; nem querem substituir a competência — a real — pelo "espírito assembleísta". Não abrimos mão, entretanto, de três pontos de vista fundamentais: primeiro, a universidade é uma *instituição oficial*, subordinada, portanto, ao aparelho do Estado; segundo, este Estado — ainda não tão democratizado como gostaríamos — continua sendo um Estado de classe. A dominação política não desapareceu com a "Nova República". Este é o "Estado de toda Nação", nem todos os interesses estão representados na Aliança Democrática — conservadora no Poder; terceiro, num Estado democrático ou numa ditadura a *autonomia* dos movimentos sociais frente aos aparelhos de Estado é o penhor de sua força política. Na democracia, aliás, é a sua própria garantia.

Na mesma medida em que não queremos nos substituir à estrutura universitária, não queremos nos diluir nela. Porque junto queremos um Estado e uma universidade democrática, lutaremos por manter a *autonomia* da representação docente e por torná-la cada vez mais um canal de expressão dos interesses de todos os docentes, seja no plano sindical, seja no plano institucional.

Não podemos concordar com a concepção implícita do documento em questão, segundo a qual o movimento docente deveria deixar aos profissionais da universidade a tarefa de reconstruí-la. Isoladamente, esses profissionais não representam senão a si próprios. O movimento docente representa a coletividade dos profissio-

nais da universidade. Nesse sentido, todos os docentes e pesquisadores encontram na ANDES e nas AD's seu canal de expressão social e não individual.

Seria falso opor os profissionais da universidade um movimento docente. Nomes de renomeado reconhecimento acadêmico como Antônio Cândido, Clodovaldo Pavan ou Luís Pinguelli Rosa conviveram, atuaram lado a lado com jovens docentes. Insistir nessa oposição equivale substituir os mecanismos de controle e avaliação democráticos que se deseja para a universidade pelos velhos mecanismos de clientelismo existentes em seu interior. É o mesmo que preterir a competência real pelos critérios de notoriedade do autoritarismo.

O espaço institucional da ANDES e das

AD's é real e legítimo e seria infantilidade esperar que dele o movimento abrisse mão. Ao contrário, esperamos que esse espaço se **alargue** para que se opere a transformação democrática que a universidade necessita com urgência.

Longe de entendermos como descabidas as *opiniões emitidas pelos colegas de Minas* — mesmo delas discordando em parte — esperamos vê-las debatidas e esclarecidas. Para tanto, contamos com a contribuição dos mesmos no amplo debate que o movimento docente está convocando sobre a reestruturação da universidade, o qual culminará em meados do decorrente ano, no detalhamento da proposta da ANDES e das Associações de Docente para o ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro, 27 de março de 1985.